

sobre os PRINCÍPIOS

TEXTO POLÊMICO

do Movimento Assoc

INTRODUÇÃO

No texto que saiu na Circular 17 sobre os "Princípios do Movimento Associativo", cometeu-se sistematicamente a mesma incorrecção: foi admitir como correctos os princípios expressos na Declaração de Princípios e a partir deles demonstrar as deturpações que os oportunistas fazem deles.

Assim, este texto tenta completar o anterior, tentando explicar como é que das finalidades do MA se podem deduzir os princípios da democraticidade, e da unicidade e ~~democraticidade~~ ^{representatividade} (já que o da apoliticidade vem explicitado na Circular 3).

PORQUE A DEMOCRATICIDADE ?

É nas estruturas associativas que os estudantes se integram para defenderem os seus interesses colectivos. Logo, o seu funcionamento tem que assentar em normas que assegurem que todos os estudantes a que se refere determinado problema (um processo duma cadeira ou dum curso) possam discutir e decidir de maneira a que a decisão a levar para a frente seja, senão da totalidade, a da maioria dos estudantes, para tal o funcionamento das reuniões (de cadeira, de curso, gerais de alunos) deve ser em bases democráticas (igualdade de direito de intervenção e votação, todos os estudantes terem na mão todos os dados necessários, no final das votações as minorias submeterem-se às maiorias e cumprirem o que foi aprovado).

A experiência anterior do trabalho associativo (e isto pode ser demonstrado pelos objectivos que têm vindo a ser definidos) mostra que este deve ser realizado numa perspectiva progressista, ou seja, os objectivos estão integrados nas lutas da maioria da população (democracia nos fins).

O PROBLEMA DA REPRESENTATIVIDADE E DA UNICIDADE

Se uma AE tem por finalidade a defesa dos interesses dos estudantes, então as posições que esta assume (ou seja as posições defendidas pela direcção do movimento) deve corresponder às posições dos estudantes de cada escola.

As AAEE englobam na luta sindical os estudantes, enquanto estudantes (e não, por exemplo, enquanto professando uma determinada religião, como a JUC) logo, as reuniões e todas as estruturas são abertas a todos os estudantes, e as decisões nelas tomadas vinculam-nos a todos - isto porque o MA não abarca apenas os sócios das AAEE - a sua finalidade não é defender os interesses dos sócios (como vem nos estatutos) mas sim os de todos os estudantes.

O Governo, tem pretendido, como o mostra os estatutos das AAEE (que são um espartilho imposto por este) que estas só representam os seus sócios. Mas a história do MA mostra que este é um movimento sindical de todos os estudantes. Assim para cumprir as suas finalidades através de RGAs (e não de AGs de sócios), de eleições; com base em todos os estudantes, têm-se afirmado como representativos de todos eles.

Não pode haver vários organismos sindicais representativos, logo defensores dos interesses dos estudantes, enquanto estudantes (poderá haver contudo várias organizações paralelas à JUC respeitantes a religiões diferentes)

- porque é que se coloca o problema do fraccionismo ?

Há determinadas direcções, ou grupos de colaboradores que defendem que as diversas perspectivas para a condução do trabalho associativo devem trabalhar separadamente: fazer reuniões de "tendência" para discutir qual a orientação a dar ao

"seu trabalho (e mesmo sem o defenderem explicitamente, colaboradores - do MAEESL p. ex. - fazem reuniões separadas das estruturas associativas ou la, comunicados informativos aos estudantes, que, no roda-pé trazem palavras de ordem de orientação contrária à da Direcção do movimento, sem discutir nos cursos ou em reuniões de estudantes, as suas divergências na orientação da luta, ou as palavras-de-ordem a dar)

Porque é que este procedimento (chamado fraccionismo) é incorrecto ?

Porque atrasa a luta.

Quando se define uma orientação a dar ao trabalho, os colaboradores, mesmo os que não concordarem com ela devem submeter-se-lhe (criticand-a) e levá-la para a frente. É típico dos indivíduos que fazem trabalho fraccionista, ou "porem-se nas tintas" quando a orientação aprovada (por exemplo no P. de T.) não é a sua, ou então tentarem concentrar-se (no caso do MAEESL por exemplo numa delegação de escola e desviarem-se dessa orientação.

Atrasa a luta, porque cria várias frentes de luta, enfraquece organizativamente o Movimento com a criação de estruturas paralelas. cria a confusão entre os estudantes, quando sem apresentar face aos estudantes criticas ao que se está a fazer lança palavras-de-ordem diferentes das da direcção do Movimento. Infrigem, ainda a democraticidade, porque, sem discutir no trabalho concreto, a orientação a dar à luta, separam-se desta e fazem de chofre, em reuniões, propostas para a orientação concreta dum processo, sem explicitar bem, sem discutir, as perspectivas de orientação que estão por trás dessas propostas - logo não dão aos estudantes todos os dados necessários para que a votação tenha validade total.

A REFORMA DEMOCRÁTICA DO ENSINO

"Esta luta deve ser entendida, por um lado como a eliminação de todas as formas de discriminação económica, social ou ideológica que possam entravar o acesso por igual, a qualquer grau ou ramo de ensino de harmonia com as suas aptidões; por outro a transformação radical do conteúdo do ensino, no sentido de fornecer e contribuir para a criação duma cultura científica e não classista, ao serviço dos verdadeiros interesses nacionais".

(in "Uma linha de acção para o MA 1970" Lista Ousar Lutar Ousar Vencer)

Que se entende por uma cultura não classista?

É uma cultura que não está ao serviço de nenhuma classe. A lista candidata à AEFDL está pois a negar que a ciência deve ser colocada ao serviço das classes trabalhadoras, ou seja da maioria da população que trabalha e é explorada, vendendo a sua força de trabalho e proporcionando lucros aos patrões, ao mesmo tempo afirma ser possível a existência da cultura neutra.

Ora todos sabemos a importância que a universidade tem na formação dos futuros quadros que vão depois aplicar os conhecimentos adquiridos nas fábricas, empresas, etc..

E quem são os donos dessas fábricas e empresas? Quem são os indivíduos que pagam a essas técnicos para planearem a produção no sentido de obter cada vez mais lucros?

São precisamente uma minoria, a que domina a sociedade e consequentemente a universidade.

Nesta medida, é totalmente absurdo, negar que a universidade serve a classe que na altura detem o poder.

Defender a ciência neutra "ao serviço dos verdadeiros interesses nacionais" é procurar camuflar a existência de classes ou pelo menos mascarar as diferenças existentes entre elas e tentar fazer supor que é possível existir um ideal nacional ao qual se submetem todos os interesses de classe.

São estes os métodos utilizados pela classe dominante - a burguesia - que também afirma (em todas as acções que empreende e que visam uma cada vez maior exploração dos trabalhadores) que defende "os interesses do povo português" e "o progresso nacional", não se atrevendo a dizer abertamente que só defende os seus próprios interesses.

Defender teóricamente "a cultura não classista ao serviço dos verdadeiros interesses nacionais" é estar afinal a defender, e sem ter a coragem de o afirmar, uma cultura ao serviço da classe dominante.

São estes os métodos dos oportunistas!

Mas estes senhores que defendem a R.D.E. não ficam por aqui. Mais à frente podemos ler:

"A Reforma Democrática do ensino é um passo necessário para a criação de uma Universidade Popular e Democrática."

Ora, ao explicitar o que entendem por R.D.E. os seus defensores, ou não falam em Universidade ao serviço das classes trabalhadoras, como acontece no seguinte extracto:

"A alteração do actual conteúdo reaccionário de classe do ensino, orientando claramente esse ensino para a abordagem e resolução dos problemas que o povo português enfrenta."

(in "para a unidade do M.A." - texto 6 - lista A
elicta na A.E.I.S.T.)

ou quando pretendem fazê-lo, como a actual direcção de Económicas,

"pela estruturação, funcionamento e conteúdo do Ensino de acordo com os interesses das classes populares (tornando-se as escolas centros de irradiação da cultura popular) capaz de fornecer uma compreensão da realidade nacional e internacional e constituir, simultaneamente, um instrumento para a sua modificação."

(in "O significado das AEs no panorama nacional")

logo se "contradizem" a seguir e mostram claramente o que é que afinal entendem por interesses das classes populares.

"contudo é possível, desde já, fazer conquistas parcelares e limitadas, impostas quer pelo movimento popular em geral (Ex: reabertura do ensino pré-primário, construção dum liceu nesta ou naquela terra, etc.)..."

(in "O significado das AAEE no panorama nacional")

A construção dum liceu, embora eles vinquem que é só uma "conquista parcelar", é evidente que não vem defender os interesses da população trabalhadora. Numa sociedade em que a burguesia tem o poder, a construção dum liceu só se efectiva quando isso corresponde a uma necessidade dessa classe, e portanto a vai beneficiar.

E chamam eles a isto "conquistas" impostas pelo movimento popular.

Se continuarmos a analisar a concretização feita, por alguns dirigentes, da R.D.E., podemos observar que sob a capa de uma democratização do ensino o que eles afinal defendem são alterações que só vão beneficiar a burguesia e não as classes trabalhadoras.

Assim, "A melhoria geral das condições materiais de estudo, com um consequente aumento das verbas destinadas à educação" e "Abertura do ensino às mais amplas camadas populares não permitindo que as condições de acesso sejam dependentes das possibilidades económicas familiares", mais não fazem do que melhorar e aumentar os técnicos formados, sem alterar o conteúdo do ensino que se mantém ao serviço da classe no poder.

E se se pode dizer que a R.D.E. também menciona a alteração do conteúdo do ensino tais argumentos caem por terra, quando toda a prática desenvolvida por estes dirigentes e as próprias afirmações que fazem (como acontece no excerto com que começámos este texto) mostram claramente que eles não lutam por uma Universidade ao serviço das classes trabalhadoras e que portanto essa alteração do conteúdo não passa de "palavras ocas".

A R.D.E. é pois um objectivo antagónico com a Universidade Popular e não pode ser um passo "necessário" ou "não necessário" para a Universidade Popular.

A R.D.E. defende ainda a autonomia universitária.

" direcção e gestão da Universidade pelos representantes dos estudantes e professores "

(in P.T. lista A - Fac. Ciências Porto)

Já atrás afirmámos a importância da Universidade na formação de técnicos que são necessários ao sistema social vigente.

A Universidade está pois ao serviço da classe que detém o poder e cada vez mais se acentua essa dependência.

É o que verificamos agora com a imposição da Reforma que prevê a interferência das empresas na gestão da Universidade; e é o que verificamos diariamente através das relações íntimas existentes entre as autoridades académicas e governamentais.

É pois pura fantasia defender a autonomia universitária. É uma manobra oportunista fazê-lo pois coloca a luta dos estudantes a reboque de objectivos que nunca alcançarão.

Por outro lado é contraditório com a Universidade Popular.

A luta por uma Universidade Popular defende uma Universidade não autónoma mas sim totalmente integrada na produção, mas dentro de uma sociedade onde as classes trabalhadoras possuam o poder.

Portanto, esta palavra de ordem de R.D.E. - a autonomia universitária - mais não faz que confirmar antagonismos existentes entre R.D.E. e Universidade Popular e o oportunismo dos dirigentes que pretendem colocar a primeira como uma etapa a alcançar para atingir a Universidade Popular.

anexo ao 4º texto polémico da CIRCULAR 17

No texto polémico editado na Circular 17 intitulado "Acerca das diferentes perspectivas face aos objectivos das Associações dos estudantes", a certa altura dizia-se:

"Deste modo, o ensino terá o papel de fornecer conhecimentos teóricos a essas pessoas o que permitirá uma melhor e mais consciente utilização da sua experiência adquirida no trabalho nas fábricas, nos campos, etc.. Assim aos operários e camponeses com uma certa experiência em determinados campos de produção, ser-lhes-ão dados conhecimentos necessários para aperfeiçoarem a sua participação na produção. Esses conhecimentos teóricos serão dados em função dos problemas práticos levantados pela produção. Tudo isso pressupõe uma posição crítica dos estudantes-operários no que respeita ao ensino que lhes é ministrado e portanto uma participação activa e empenhada."

De facto, e como aliás as críticas da primeira sessão do IV Seminário Interno o apontam, o papel do ensino, da maneira como vem exposto, pode parecer como um simples "aperfeiçoamento profissional", e não era isto que se pretendia dar a entender.

Na verdade, o aspecto principal da Universidade Popular será mesmo o de formar criticamente as pessoas, armando-as com os conhecimentos necessários para poderem compreender os problemas que lhes digam respeito e poderem tomar posição activa sobre eles.

Assim o destino dos produtos do seu trabalho não se lhes escapa, eles sabem qual a necessidade ^{deles} para o que vão servir: "não trabalham às cegas", como acontece por exemplo, nas muitas fábricas que existem de granadas, mísseis, bombas napalm, etc. que depois vão servir para ajudar a sustentar governos que efectivamente não defendem os interesses da população trabalhadora.

Como já foi afirmado (ver Circular 17) o ensino então terá um conteúdo de classe progressista, e isso vai reflectir-se na metodologia que então será usada. Será a partir da prática, o que aliás é facilitado pelos estudantes que têm atrás de si uma experiência/profissional, que o processo do conhecimento se irá processar.

(cont. pg. seguinte) →

SOBRE A CORRELAÇÃO DE FORÇAS

TEXTO
POLÉMICO

Introdução

Sendo as associações organizações legais que desempenham um papel bastante importante, neste momento, na defesa dos interesses dos estudantes dentro duma perspectiva progressista, a necessidade de defender as associações da repressão governamental leva-nos a que tenhamos que saber definir claramente o que é a legalidade e quais os seus limites neste momento.

Isto porque é dentro da margem de manobra, que a legalidade permite, que os estudantes terão de travar e orientar a luta pela defesa dos seus interesses

Sobre a legalidade

O que é a legalidade? ou melhor, quando é que uma determinada acção desenvolvida pelo M.A. (um texto editado etc.) cai dentro do âmbito legal das Associações?

Será legal pura e simplesmente aquilo que nos aparece escrito nos textos jurídicos ou poderá acontecer que acções que aí sejam previstas como ilegais possam ser em determinadas alturas legais?

Um dos dados a ter em conta no estudo da legalidade é o que está escrito no papel. Mas não só, o que determina de facto o que é ou não é legal é a correlação de forças existente num dado momento.

O que é afinal a correlação de forças?

A relação de forças existente entre por um lado o M.A. e seus aliados (população progressista) e a conjuntura que lhes é favorável e por outro lado as forças anti-associativas, suas aliadas (população reacçãoária) e a conjuntura que lhes é favorável. É a força intrínseca de cada um destes dois polos opostos e a força relativa entre eles que define a correlação de forças existente num dado momento.

Sem ser necessário entrar numa análise muito aprofundada do assunto poderemos afirmar que a correlação de forças é neste momento favorável ao governo e seus aliados

É esta correlação de forças que dita a legalidade podendo coincidir ou não, num dado momento, com aquilo que vem escrito nos textos jurídicos.

Não se julgue no entanto que existe uma grande separação entre a legalidade ditada pelos textos jurídicos e a que advém da correlação de forças. Isto porque para que os textos jurídicos tivessem tomado corpo foi necessária a existência duma correlação de forças favorável a esses textos.

A legalidade dos textos jurídicos reflecte, no geral, em ultima análise, a correlação de forças existente num dado momento (por exemplo: se neste momento o governo e a Assembleia Nacional fascista decreta o "estado de subversão" é porque existe uma correlação de forças que é favorável a que tal aconteça).

Como se modifica a correlação de forças

A que é devida a força do governo e seus aliados?

A força do governo deve-se fundamentalmente ao apoio económico que é dado pelos monopólios nacionais e internacionais e pelo crédito externo, os quais lhe permitem organizar-se na base bastante mais forte do que aquela que dispõe neste momento o M.A. e seus aliados.

A modificação sensível da correlação de forças existente neste momento dependerá pois fundamentalmente do enfraquecimento da base de apoio do governo, como seja por exemplo o caso de crises económicas acentuadas, que enfraquecendo os grupos monopolistas e, portanto, o correspondente apoio que estes dão ao governo criam situações

Os estudantes operários em vez de se limitarem a carregar em botões, constatar determinados resultados para verificar a teoria despejada nas aulas, trabalharão em coisas concretas, como por exemplo, montagem de circuitos com transistores. Serão os próprios que farão a banca de montagem, afinarão os aparelhos de medida e analisarão os resultados. Ser-lhes-á explicado pelos professores o funcionamento dos transistores etc.

A ligação da teoria à prática far-se-á, portanto, não no abstracto (aulas práticas como são actualmente) mas sim intervindo directamente na produção.

de fraqueza deste e dos seus aliados.

O enfraquecimento do governo vem pois provocar uma força relativa das forças progressistas, contribuindo assim para a modificação da correlação de forças existente e por conseguinte da legalidade.

Portanto os saltos qualitativos importantes só poderão ser conseguidos através do aproveitamento das situações de fraqueza do governo.

Foi aliás isto que se passou em 61/62.

O desencadear das guerras de África provocou uma fuga colossal de capitais para o estrangeiro, paralizou quase por completo a produção nas colónias, fez com que cessasse o crédito externo que era concedido ao governo português, etc.

61/62 foi pois um marco importante na modificação da correlação de forças e por conseguinte da legalidade.

Foi a partir dessa crise económica, que provocou uma diminuição da força do governo (que foi acompanhada na altura por amplas movimentações populares,) que se criou uma correlação de forças favorável a que os estudantes conseguissem abolir o decreto-lei 40900, e que o movimento associativo adquirisse a margem de manobra de que goza neste momento.

Pretenderemos no entanto dizer que a margem de manobra legal dependa exclusivamente das crises do sistema capitalista português? De forma alguma.

Pelo enunciado que fizemos no início acerca do que é a correlação de forças vemos que esta se pode alterar também a partir do aumento da força intrínseca ao movimento associativo. Assim por exemplo tomemos o caso do que se passou ao longo do ano em Ciências. No início do ano os professores ameaçavam constantemente com processos disciplinares os piquetes de informação às turmas; a mobilização dos estudantes posterior permitiu que essa informação continuasse a ser feita deixando de se verificar qualquer tipo de ameaças.

Outro exemplo é a questão dos gorilas: o director proíbe uma RGA e coloca gorilas na faculdade para esse efeito. A resposta firme dos estudantes garantiu que essa RGA se realizasse e obrigou o CE a ter de publicar uma nota a dizer que autorizava a realização de futuras RGAs.

Outro exemplo é o caso do arranque de cartazes: embora o director e os contínuos arrancassem a determinada altura todos os cartazes que apareciam na Faculdade, a mobilização dos estudantes para formas de luta e de organização levaram a que a informação continuasse a ser garantida tornando completamente ineficazes as acções do director e contínuos que por isso mesmo deixaram de as fazer.

Isto é, o MA sabendo conquistar para o seu lado amplas massas de estudantes consegue aumentar a sua força e instituir na Universidade uma legalidade que passa muitas vezes por cima da "legalidade" que as autoridades académicas pretendem estabelecer. Estas modificações são no entanto, meras alterações quantitativas que não levam a alterações acentuadas na correlação de forças existente.

CONCLUSÃO:

A correlação de forças (e portanto a legalidade) não deve ser vista numa forma estática mas sim como algo que se modifica consoante a força entre os polos MA-governo.

Ela não deve no entanto ser encarada como algo que se altera de dia para dia ou de mês para mês.

Essas modificações, que vão sendo conseguidas ao longo do desenvolvimento do trabalho, são meramente quantitativas e não levam a alterações sensíveis na legalidade.

Estas modificações sensíveis só são possíveis após serem alcançados marcos bem definidos originados por momentos de fraqueza do governo e seus aliados.